

## ● EDUCAÇÃO

### TRABALHO DOCENTE E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UM ESTUDO SOBRE O CONTROLE DO TRABALHO DOCENTE NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MINAS GERAIS EM UBERLÂNDIA - A PARTIR DE 2003

*Elizeth Rezende Martins da Silveira<sup>1</sup>, Fabiane Santana Previtali<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Este artigo trata de um estudo concluído no âmbito do Programa de Mestrado da Universidade Federal de Uberlândia e que teve como objetivo analisar os impactos da Avaliação de Desempenho Individual (ADI) enquanto política regulatória do governo Aécio Neves sobre o trabalho docente e verificar como as estratégias de controle do trabalho docente afetam a categoria docente. O estudo perpassou a revisão de literatura, análise de documentos e a realização de entrevistas com docentes e representantes do sindicato da categoria por meio de questionários semiestruturados. Os dados preliminares apontaram que os docentes gostam da docência e pretendem fazer um bom trabalho, mas pela necessidade de lecionar em mais de uma escola, escassez de tempo para preparar aulas, falta de condições para executar o trabalho além da sobrecarga de trabalho e a falta de incentivos salariais, há uma grande desmotivação com a docência e tais fatores trazem implicações na saúde desses profissionais.

**Palavras-chave:** Trabalho Docente. Reestruturação Produtiva. Avaliação de Desempenho Individual.

### TEACHING WORK AND EDUCATIONAL POLICIES: A STUDY ON TEACHING WORK CONTROL IN STATE EDUCATION NETWORK OF MINAS GERAIS IN UBERLÂNDIA - STEM FROM 2003

**ABSTRACT:** This article is a study completed within the Master's Program of the Universidade Federal de Uberlândia and which aimed to analyze the impacts of the Individual Performance Evaluation (ADI) as regulatory policy of the Aécio Neves's government on teaching work and to verify how the teaching control strategies affect the teaching class. The study ran through the literature review, document analysis and interviews with teachers and representatives of the labor union by means of semi-structured questionnaires. Preliminary data showed that the professors like teaching and are intended to do a good job, but by the need to teach in more than one school, the lack of time to prepare lessons, lack of conditions to perform their tasks with quality; in addition to the work overload and lack of salary incentives, there is a lack of motivation with teaching and these factors bring various health implications of these professionals.

**Keywords:** Teaching Work. Productive restructuring. Individual Performance Evaluation.

<sup>1</sup>Mestre em Educação. Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM).Uberaba, MG, Brasil. [elizeth@iftm.edu.br](mailto:elizeth@iftm.edu.br)

<sup>2</sup>Pós-Doutora em História Social. Universidade Federal de Uberlândia, (UFU). Uberlândia, MG, Brasil. [fabiane.previtali@gmail.com](mailto:fabiane.previtali@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A literatura aponta uma significativa problematização sobre políticas educacionais e reformas de ensino que discutem os impactos da globalização econômica e da hegemonia política do neoliberalismo sobre a educação brasileira e alinham as transformações em curso no campo educacional e trabalho docente à emergência no pós-guerra de uma nova ordem econômica internacional que altera profundamente os processos econômicos e as relações de trabalho. Dessa forma, apresenta-se nesse estudo o contexto das reformas educacionais implementadas na educação básica, a partir dos anos 1990, com centralidade na análise dos impactos da Avaliação de Desempenho (ADI) enquanto política regulatória do governo mineiro sobre o trabalho docente na rede estadual em um município do Triângulo Mineiro, a partir do ano de 2003.

A Avaliação de Desempenho Individual foi implementada pelo Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, em 2003, como uma das ações da Reforma Gerencial do governo de Minas Gerais, chamada Choque de Gestão que se caracteriza pelas condições estruturais de trabalho docente inseridas na lógica neoliberal. Desse modo, o presente estudo teve como objetivo avaliar como se apresentam as condições de trabalho docente a partir da implementação da Avaliação de Desempenho Individual (ADI) aplicada aos docentes da rede estadual mineira em um município do Triângulo Mineiro.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi norteadada pelo estudo bibliográfico que envolveu a discussão sobre a temática do capitalismo, inserida no conceito histórico da reestruturação produtiva do mundo do trabalho frente à reconfiguração do cenário político mundial. Foram recuperados ainda artigos e livros de referência que discutem o trabalho docente, mais especificamente a partir da década de 1990, quando são evidenciadas mudanças no mundo do trabalho.

O estudo foi realizado junto ao Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação- Sind-UTE com dirigentes e docentes atuantes na Rede Estadual de Ensino de Uberlândia (REE). O estudo também envolveu a análise de documentos oficiais, tais como: Constituição Federal de 1988; Constituição do estado de Minas Gerais de 1989; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996; Legislação que institui a carreira dos profissionais de Educação Básica do estado de Minas Gerais; Resoluções estaduais; Diretrizes do MEC como o Plano Nacional de Educação (PNE/2014); Leis complementares e decretos estaduais; Legislações do âmbito estadual que regulamentam Avaliação de Desempenho Individual (ADI); também perpassou a análise da documentação de entidades classistas, tais como os documentos pertencentes ao SIND-UTE: Estatuto do sindicato; manuais de orientações

ao servidor filiado; relatórios de reuniões com o governo, dentre outros.

Ainda, foram coletados dados por meio de entrevistas, de caráter qualitativo, junto ao Sind-UTE - subsede Uberlândia, com o objetivo de ilustrar com as falas dos entrevistados algumas de suas percepções sobre as implicações das novas mudanças implementadas na gestão e controle do trabalho docente e entender a atual organização do trabalho docente.

A coleta de dados se deu através das entrevistas por meio de questionários semiestruturados contendo questões mistas aplicadas a dois dirigentes do Sindicato Único dos trabalhadores em educação de Minas Gerais de Uberlândia (SIND-UTE) e cinco docentes da rede estadual, atuantes no ensino fundamental, no primeiro semestre do ano de 2015. Em relação à escolha dos docentes participantes da pesquisa, houve uma seleção que se deu por meio de uma prévia definição, quer seja: trabalhar apenas com docentes lotados na Rede Estadual de Ensino e atuantes no ensino fundamental (1º ao 9º ano).

Em suma, o desenvolvimento dessa pesquisa foi estruturado em três momentos complementares e sucessivos: inicialmente foi realizado o aprofundamento teórico acerca do tema, objetivando estabelecer o diálogo com autores da área ou afins para fundamentar o desenvolvimento do segundo momento da pesquisa, ou seja, a coleta de dados. Foi também realizada a análise, apresentação e interpretação geral dos dados, à luz do aprofundamento teórico realizado.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da problemática foram debatidas questões concernentes às mudanças nas condições dos trabalhadores docentes envolvidos, de forma direta ou indireta, no processo de reforma educacional no cenário de mundialização do capital. Dessa forma, o estudo consistiu em analisar os impactos da Avaliação de Desempenho Individual (ADI) enquanto política regulatória do governo Aécio Neves sobre o trabalho docente na rede pública mineira, a partir do ano de 2003, ou seja, como as estratégias de controle do trabalho afetam a categoria docente e sob quais condições trabalham atualmente. Parte-se do pressuposto que, a partir das reformas educacionais implementadas a partir dos anos 1990 houve um acelerado processo de precarização e intensificação do trabalho docente que, ligado aos novos modelos de regulação educativa, impõem um rígido monitoramento sobre os resultados, a saber: a Avaliação de Desempenho Individual (ADI), traduzindo-se no controle sobre a organização e os processos de trabalho.

Desse modo, busca-se contextualizar a reestruturação da educação e do trabalho docente em âmbito nacional, diante de um cenário de mundialização do capital, face às reformas educacionais ocorridas, a partir dos 1990, e em desenvolvimento. Tendo em vista o objetivo geral prescrito, os objetivos especí-

ficos são os seguintes: compreender o processo de Reestruturação da educação e verificar sua relação com as mudanças no trabalho dos docentes no mundo contemporâneo; teorizar e contextualizar historicamente a Reestruturação da educação e do trabalho docente no âmbito brasileiro relacionando-os com as reformas educacionais dos anos 1990 e as políticas de controle implementadas em Minas Gerais, a partir de 2003; e verificar os impactos da Avaliação de Desempenho (ADI) no trabalho dos professores da Rede Estadual Mineira face às reformas educacionais de Minas Gerais, a partir de 2003.

O docente tem se subordinado ao aumento de atividades em razão de práticas administrativas controladoras que figuram com o aumento da sua jornada de trabalho e a diminuição da autonomia docente. Todos esses fatores apontam as precárias condições de trabalho docente e o consequente enfraquecimento da categoria.

## O TRABALHO NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

As modificações na produção capitalista estão associadas ao universo da produção e ao mundo do trabalho, visto da seguinte forma: "Processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem media, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...]. Ao atuar, por meio desse movimento [...], ele modifica a sua própria natureza" (MARX, 2004, p. 36). Nesse sentido, o trabalho é entendido como resultado de um movimento dialético, atividade vital, concreta que cria coisas úteis, mas também com uma dimensão abstrata: fonte de riqueza e de miséria humana.

Segundo Antunes (2005), desde o mundo antigo, o trabalho vem sendo compreendido por meio das contradições de expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão.

De acordo com Braverman (1980), o trabalho é visto como um projeto em que o homem se altera e altera o mundo. Para Antunes (2006), o trabalho é voltado para a formação do ser social e a compreensão do processo de humanização e libertação. Nos moldes capitalistas, o trabalho adquire o significado de alienação, sendo visto como mercadoria. A força de trabalho se torna acumulação de capital e as relações sociais se tornam exploração (BERNARDO, 1998).

Apesar das contradições, o trabalho humano é uma questão central da vida, porque nos diferencia das outras espécies e, por isso, torna-se um desafio dotar-lhe de sentido, para que a vida fora dele também o seja. Se por um lado, necessitamos do trabalho humano, reconhecemos seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social (ANTUNES, 2005). Isto implica recusar todo o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social.

A luta pelo direito ao trabalho não é nova. Tem-se a impressão que o trabalho é criação do capitalismo. Por isso, para se compreender o trabalho enquanto conceito e enquanto processo, torna-se importante compreender também capital e capitalismo, termos muitas vezes utilizados enquanto sinônimos.

Nesse sentido, Mészáros (2002) defende que o capitalismo é uma das formas de realização do capital, o qual é anterior àquele, mas é também o seu resultado. Desse modo, Capital se estrutura no tripé: capital, trabalho e Estado, sendo os dois últimos subordinados ao primeiro.

O capitalismo foi que mais agiu no sentido de libertar as forças intelectuais da humanidade e usar suas expressões artísticas e científicas como forças produtivas, como mercadorias. Seu objetivo nesta empreitada foi ao abstrair esse conhecimento do homem, o negou à humanidade, restringiu o acesso ao saber.

As contradições constatadas entre o avanço tecnológico e a miserabilidade crescente dos trabalhadores tomam como referência a expansão da maquinaria industrial e a elevação da obtenção de mais-valia absoluta e relativa, estratégias legitimadas por uma acumulação crescente e incontrolável do capital, independente do custo social que esta ação signifique (LUCENA, 2011, p. 92).

Desse modo, ao ser separado a ferramenta se converte em máquina, meios de produção do capital. "As relações inerentes ao trabalho, à ciência e à formação dos trabalhadores são percebidas através das transformações oriundas do modo de produção capitalista e seus desdobramentos." (LUCENA, 2011, p. 102).

As lutas de classes se aceleram, conforme se agudizam e explicitam as suas contradições, pois são irreconciliáveis quando percebidas na sua totalidade. E completa: "O mundo do trabalho implica em uma relação dialética e contraditória entre a formação humana, as ações econômicas, políticas e culturais do seu tempo." (LUCENA, 2011, p. 104). Por ser a contradição da sua contradição, o capitalismo está sempre em crise. Os economistas defendem como ciclos econômicos de expansão e retração do mercado. Temos como ponto de vista que essas crises são justamente os seus defeitos estruturais em garantir a sua expansão baseado num consumo que não tem como ser previsto ou controlado, por isso, necessita do trabalho, onde encontra espaço de dominação, controle e subjugação do humano.

Desde o advento do capitalismo, várias foram as estratégias de extração da mais-valia a partir da sua organização. No início do século passado, o modelo de gestão foi baseado na organização e controle dos tempos e movimentos do processo de trabalho. Os trabalhadores eram organizados por especialidade, a partir do que ficou conhecido como administração científica.

Nesse contexto, o trabalho foi racionalizado de modo a aumentar a produtividade. A indústria automotiva inovou esse modelo trazendo para o universo da fábrica a esteira rolante, otimizando o processo e separando definitivamente a concepção da execução do trabalho.

Na corrida do capitalista em aumentar a produção da mais-valia, reduzindo o tempo de trabalho necessário, barateando a mercadoria para que esteja em nível de concorrência com os demais capitalistas, são introduzidas mudanças tanto na organização do trabalho, como nos meios e condições nas quais ele se realiza.

Portanto, ao introduzir uma mudança no processo, o capitalista tem a oportunidade de apropriar-se mais do trabalho do que outros capitalistas que ainda não o fizeram, mas à medida que essas inovações se generalizam, a corrida continua.

## A REESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO E O CONTROLE DO TRABALHO DOCENTE EM MINAS GERAIS

Paralelamente à Reforma do Estado, no Brasil, houve o início do processo de reestruturação na esfera educacional. Nesse cenário de grandes transformações no campo educacional, surgem as reformas educacionais que podem ser analisadas a partir do cenário macro de reestruturação produtiva, trazendo impactos aos professores e alunos através da implementação de diversos programas e políticas voltados à educação básica.

A educação passa a incorporar o ideário neoliberal através das políticas educacionais empreendidas pelo Estado, comprometida com a mercantilização. Segundo Oliveira (2010), as reformas educacionais iniciadas nos anos 1990 na América Latina buscaram a adequação dos sistemas de ensino ao processo de reestruturação produtiva e de nova configuração do papel do Estado.

No caso específico das políticas educacionais implementadas em Minas Gerais, tais políticas são pautadas na racionalidade gerencial, tendo como ação estratégica o rígido controle sobre o trabalho docente. Diante disto, o trabalho docente vem sofrendo mudanças nas suas condições de trabalho e na organização escolar por meio do enfrentamento de vários problemas, tais como: baixos salários, desvalorização profissional, falta de autonomia, problemas ligados à competitividade com os seus pares, estresse, sobrecarga de trabalho, rígido controle e a intensificação do trabalho.

Desde a década de 1990, as políticas para a Educação Básica no Brasil introduzem formas de controle e intensificação do trabalho docente que tomam a subjetividade das professoras e as emoções no ensino (HARGREAVES, 1998). Pensar a atuação docente na atualidade remete à relação entre escola e sociedade. Estudos que discutem as reformas educacionais são unânimes em vincular as transformações no campo educacional e no trabalho docente à emergência, no pós-guerra, de uma nova ordem econômica internacional. Sob o impacto da revolução científica e tecnológica essa ordem vem alterando profundamente os processos econômicos e as relações de trabalho.

Ao final dos anos 1980, a economia brasileira foi assolada pela escalada inflacionária que chegou perto da hiperinflação. Na tentativa de combater a crise financeira, o governo brasileiro procurava estabilizar a inflação. A crise econômica da década de 1990 trouxe danos ao campo social, político e econômico, com grandes consequências para o segmento educacional. Dessa forma, para reestruturar a economia na década de 90, o Brasil torna-se mais dependente do mercado internacional, aumentando o número de privatização das empresas estatais.

Nesse cenário, nos anos 1990, o Brasil adaptou-se ao modelo neoliberal, após a eleição de Fernando Collor, que implementara um projeto de modernização econômica e industrial por meio de um processo de competitividade com base na abertura de mercado. Durante o governo Collor de Mello, houve a implantação de planos econômicos com objetivo de estabilizar a inflação melhorando a economia do país.

Dentre as inúmeras tentativas, com planos econômicos durante os governos da década de 1990, o Plano Real paralisou o processo inflacionário do país, embora o crescimento econômico ainda se mantenha estagnado. Com isto, levou-se às escolas a produção mercantil, influenciando vários níveis de educação. Tem-se que “[...] o processo resultante de uma nova fase de reestruturação capitalista é marcado por políticas de centralização, diferenciação e diversificação institucional e, especialmente, de privatização da esfera pública” (DOURADO; PARO, 2001, p. 236).

A partir de 1995, as reformas educacionais adquiriram força e várias iniciativas foram constatadas. No governo de Fernando Henrique Cardoso, houve a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) no ano de 1995, pelo Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, que encaminhou diversas medidas de reestruturação da máquina do Estado, como na educação, que passara por várias modificações.

Dessa forma, as reformas educativas que tencionam adequar o sistema educacional à reestruturação produtiva e aos rumos do Estado reafirmam a centralidade da formação desses profissionais.

As reformas educacionais mundiais e as brasileiras apresentam a “tentativa de melhorar as economias nacionais pelo fortalecimento dos laços entre escolarização, trabalho, produtividade, serviços e mercados sendo vista pelos governantes como uma possibilidade de ingresso no mercado capitalista mundial” (AZEVEDO, 2004, p. 7-8).

Conforme Alves (2006) tal quadro de reformas desencadeou uma difusão dos pensamentos neoliberais, com o Estado assumindo um novo papel frente ao contexto de globalização econômica. O Brasil iniciou então uma Reforma de Estado com um modelo de administração pública gerencial com base nos moldes da iniciativa privada, para melhorar a prestação dos públicos.

Para se adequar ao cenário mundial, o Brasil reformulou esferas do governo, o que atingiu a educação. A escola sofreu mudanças por meio das políticas

educacionais, o que obrigou os profissionais da área a se ajustarem às formas de gestão escolar, à organização do ensino e às exigências sobre sua atuação profissional (BRITO, 2008).

Nesse sentido, a educação enquanto uma prática social apresenta alguns problemas devido à inadequação das políticas educativas que se encontram em ação. As mudanças sociais em curso trazem novas demandas de formação e de conhecimento. Tais mudanças impressas pela doutrina neoliberal geram desigualdades, atingindo os processos de produção do conhecimento científico e, por sua vez, gerando modificações nas práticas sociais.

Com vistas a acompanhar as tendências neoliberais mundiais, o governo de Fernando Henrique Cardoso criou o Planejamento Político-Estratégico do Ministério de Educação e Cultura (MEC) para orientar as reformas educacionais (SILVA JÚNIOR, 2002). Iniciou-se então uma ampla reforma educacional, desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996).

Assim, surgiram as denominadas “reformas educacionais” dos anos 1990, sob a perspectiva de projetar as políticas educacionais nos moldes do neoliberalismo. A educação passou a ser inserida num contexto de empregabilidade, com a noção de equidade, e não mais de igualdade (GENTILI, 1996).

No cenário de reforma educacional, os indicadores que sinalizaram a intencionalidade e implementação de mudanças foram: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996; as ações do MEC – mudanças curriculares e organização geral da escola (Parâmetros Curriculares Nacionais e o Sistema de Avaliação da Educação Básica); as Diretrizes Curriculares Nacionais; as políticas de financiamento (Fundos Nacionais de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Educação Básica - FUNDEF e FUNDEB); entre outros. Essas diretrizes vieram para regulamentar a formação de professores na Educação Básica.

Conforme Silva (2007), o eixo da formação docente passa a ser o que e o como ensinar, privilegiando as dimensões técnica e praticista do trabalho docente e proporcionando uma reprodução maciça de profissionais exclusivos para o mercado de trabalho.

Ainda, por meio da LDB, houve a institucionalização da municipalização do ensino, o aumento das atividades dos docentes, nas quais os professores passam a se envolver também com questões ligadas ao ensino-aprendizagem e às atividades de gestão, planejamento, assistência e acompanhamento e integração escola-família-comunidade.

Frente ao contexto de reformas educacionais, Minas Gerais teve sua primeira iniciativa dentro do discurso da modernização, denominado por Marques (2000) de “tempo da democratização”. Nesse percurso, durante o governo de Hélio Garcia (1984-1986), o trabalho docente foi levado à polivalência. Foi ainda criada a gratificação de incentivo à docência e a progressão horizontal, tais medidas foram adotadas

com vistas à redução do número de funcionários da Secretaria de Educação (MARQUES, 2000).

Na sequência, no governo de Newton Cardoso em 1987, ocorreu o período de “modernização e racionalização do estado”, com redução de gastos relacionados aos recursos humanos na área educacional e, consequentemente, um aumento do trabalho do profissional da educação, que passou a acumular tarefas (MARQUES, 2000).

A reforma educacional tem uma de suas raízes na Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtien, Tailândia, de 05 a 09 de março de 1990. Ela foi a tentativa de orientação para as reformas educacionais dos países mais pobres e populosos do mundo: a educação para a equidade social o que resultou o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003).

Dessa forma, os países participantes firmaram o compromisso de universalizar o ensino fundamental no prazo de dez anos. Em face desse compromisso as reformas educacionais concentraram-se na educação básica com objetivo de atender à demanda do mercado de trabalho com força de trabalho qualificada voltando-se, principalmente, para questões relacionadas a financiamento, controle e gestão da educação escolar (GENTILI, 1996).

Esse plano traçou os rumos da educação nos nove países classificados como E-9 (piores indicadores educacionais do mundo): Brasil, Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão (UNESCO, 1998).

Sob o governo de Hélio Garcia, nos anos de 1991-1994 em Minas Gerais, desenvolveu-se reformas voltadas para conceitos neoliberais com a criação de programas voltados à qualidade. Os programas acompanharam as tendências mundiais e nacionais, atuando na autonomia dos professores e da direção escolar; pretendeu-se aumentar as responsabilidades das escolas, com capacitação de professores, avaliação de desempenho e municipalização (AUGUSTO; MELO, 2004).

Após o governo de Itamar Franco (1999-2003), o governador Aécio Neves, no período de 2003 a 2006, focalizou-se a reforma administrativa em Minas Gerais com a implantação do Choque de Gestão – que apresentava como foco principal solucionar os problemas financeiros e resgatar a modernização do estado de Minas Gerais no contexto nacional e mundial (VILHENA et al., 2006).

## O CHOQUE DE GESTÃO NO GOVERNO AÉCIO NEVES (2003-2006)

No ano de 2003, o governo Mineiro deu início a um processo de grandes mudanças nos diversos setores públicos do estado, por meio da implantação e previsão de vários programas com objetivo de dotar a administração pública de eficiência e efetividade nos serviços prestados. Nesse processo, houve a implementação do Choque de Gestão – como programa de governo no estado de Minas Gerais na gestão o governador Aécio Neves.

O ideário da Reforma do Estado surge, em âmbito mundial, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, como resposta às dificuldades pelas quais vinha passando o Estado de Bem-Estar Social em "atender com eficiência a sobrecarga de demandas a ele dirigidas, sobretudo na área social" (BRASIL, 1995). Esse movimento buscou o redimensionamento do Estado, propondo mudanças institucionais que agregariam mecanismos do mercado ao setor público.

Desse modo, o Choque de Gestão, criado pelo Governo de Minas Gerais, surgiu como uma proposta que permitiu a reformulação da gestão estadual, em especial o comportamento da máquina administrativa, mediante novos valores e princípios, a fim de se obter uma nova cultura comportamental do setor público mineiro, voltado para o desenvolvimento da sociedade, dentro de padrões éticos e de critérios objetivos para se avaliar o desempenho dos resultados das ações governamentais. Assim, temos que seus resultados e metas são essenciais para o êxito da Administração (VILHENA et al., 2006). A pretensão era de eliminar as pendências financeiras e resgatar a modernização de Minas Gerais.

Esse programa veio com a proposta de modernização da administração, a racionalização dos gastos, a avaliação e o monitoramento das ações e resultados das intervenções realizadas pelo governo, sob a alegação de haver uma grave crise fiscal e administrativa deixada pelo governador Itamar Franco, no período de 1998 a 2002 (MINAS GERAIS, 2011).

O Choque de Gestão assentou-se em dois pilares, os quais sejam: o ajuste fiscal e os resultados de desenvolvimento visando sanar a grave crise fiscal, como destacado a seguir abaixo, Minas Gerais apresentava um grave quadro fiscal, que impedia a captação de fundos decorrentes de repasse do governo federal e da obtenção de créditos internacionais, o que implicava na falta de recursos para custear as despesas, inclusive para o regular e tempestivo pagamento da folha de servidores estaduais, o que dificultava a provisão de serviços públicos de qualidade. Era urgente reverter o déficit orçamentário do Governo, mediante medidas duras de redução de despesa e aumento de arrecadação (MINAS GERAIS, 2013).

Em face deste cenário, o surgimento do Choque de Gestão aconteceu num contexto que se demandava firme ajuste fiscal e adaptações na administração pública que contribuíssem para uma gestão moderna e capaz de entregar resultados para a população. Com efeito, a expressão "Choque de Gestão" remete a um impacto significativo, ao sintetizar uma ideia-força relacionada à necessidade iminente de se lograr uma melhoria da gestão pública mineira naquele momento (MINAS GERAIS, 2013).

Desse modo, algumas ferramentas de gestão ganham especial relevância para as organizações públicas, dentre elas o Plano de Gestão de Desempenho Individual (PGDI) e a Avaliação de Desempenho Individual, conforme art. 9º da Resolução Seplag nº 31 de 29 de agosto de 2007 (MINAS GERAIS, 2007b):

o processo de ADI é formalizado por meio dos formulários I - Plano de Gestão de Desempenho Individual - PGDI que contempla as atividades definidas com chefia imediata e servidor; e II - Termo de Avaliação que é preenchido após o processo de avaliação com as respectivas notas atribuídas, de acordo com o art. 8º do Decreto 44.559/2007 (MINAS GERAIS, 2007a).

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) foi escolhida para "gerenciar" a aplicação do programa, cuja ênfase recai no corte de despesas e investimento do Estado; redução de direitos sociais, dentre outros, não apenas no primeiro momento - Choque de Gestão (elemento central desse estudo), mas ao longo dos outros dois momentos (Estado para Resultados e Gestão para a Cidadania), com a função de coordenar as ações racionais do Governo visando à conquista de resultados, a partir da integração sistêmica dos órgãos governamentais. A descrição e análise pormenorizada da ADI está contemplada na seção seguinte.

Frente às considerações tecidas pelos docentes participantes da pesquisa foi notória a desmotivação com a profissão dada as condições atuais de trabalho e a carência de uma série de incentivos como: o pagamento do piso salarial nacional, plano de carreira compatível com a complexidade da atividade docente, a ausência de programas de qualificação profissional em serviço; dentre outros de igual importância. Foi possível compreender que os profissionais docentes estão imersos num contexto de trabalho com tendência a um processo de conformação com o trabalho, entretanto, percebe-se que isto não tem sido facilmente aceito pelos docentes da rede mineira, na medida em que foram aqui explicitadas várias iniciativas e movimentos contínuos de lutas contra os mandos do governo e por melhores condições de trabalho e salário.

Estabeleceu-se, como hipótese inicial, que as modificações advindas das reformas educacionais, ocorridas nos últimos anos, têm conduzido à precarização e à intensificação do trabalho docente gerando o adoecimento profissional na REE/MG. A partir de demandas do governo mineiro, tem havido aumentos de funções e intenso controle sobre o trabalho do docente, promovendo diversas interferências no seu fazer pedagógico e nas condições de trabalho.

O estudo esteve voltado para elementos que estão imbricados nas condições laborais de trabalho como, por exemplo: controle do trabalho, precarização e intensificação do trabalho; visando de forma crítica demonstrar as atuais configurações que a docência assume, a partir de demandas impostas pelo governo mineiro e como isso tem afetado a categoria docente.

Foi feita a análise da articulação entre Trabalho e Educação no contexto capitalista, com relevo às suas especificidades. Pôde-se, a partir daí, inferir que a docência perpassa a prática social, concreta e dinâmica, sofre diversas influências dos aspectos sociais, políticos e econômicos. Foram abordadas as implicações do capitalismo sobre o trabalho docente e suas consequências na autonomia e no controle do trabalho e pôde-se depreender que tais mudanças incidem diretamente no

trabalho docente por meio do aumento de responsabilidades e tarefas ligadas à docência.

Constatou-se na fala dos sujeitos docentes uma grande angústia, mas ao mesmo tempo, percebe-se persistência quanto ao enfrentamento do trabalho docente que se apresenta cada vez mais impositivo e controlado, alterando a estrutura de vida social docente com prejuízos a saúde física e mental daí decorrentes.

O trabalho docente revelou-se complexo enquanto profissão, que por si só já remete a enormes desafios tendo em vista as condições de trabalho com as quais atualmente se deparam em seu cotidiano escolar, e, principalmente, pelo fato de que a obtenção de resultados positivos na docência não depende apenas do seu próprio desempenho, pois pressupõe também a interação pessoal e profissional com seres humanos, no caso os discentes, atuando como agentes ativos no processo de ensino e aprendizagem.

A partir da pesquisa foi possível constatar que a docência é um trabalho dotado de desafios e não pode ser analisada isoladamente das esferas social, política e econômica, pois está em constante articulação com estas esferas, que atualmente compõem e refletem na vida social dos indivíduos.

Além disto, as colocações dos docentes entrevistados revelam ainda que gostam do que fazem e pretendem fazer um bom trabalho, mas, devido às várias dificuldades enfrentadas como a necessidade de lecionar em mais de uma escola, a falta de tempo para o preparo de aulas, a falta de condições para executar suas tarefas com qualidade, além da sobrecarga de trabalho e a falta de incentivos salariais, por parte do governo, há uma grande desmotivação com a profissão docente. A soma destes fatores traz várias implicações na saúde dos docentes.

## CONCLUSÃO

Este estudo buscou analisar os impactos da Avaliação de Desempenho Individual enquanto política regulatória do governo mineiro sobre o trabalho docente na rede estadual em Uberlândia, município do Triângulo Mineiro, a partir do ano de 2003, no contexto das reformas educacionais implementadas na educação básica, a partir da década de 1990. Nesse contexto, delineou-se como objetivo avaliar como se apresentam as condições de trabalho docente a partir da implementação da Avaliação de Desempenho Individual aplicada aos docentes dessa rede de ensino.

Os dados apontaram que os professores gostam da docência e têm a pretensão de fazer um bom trabalho. Entretanto, alguns fatores geram entraves à profissão: necessidade de lecionar em mais de uma escola, escassez de tempo para preparar aulas, falta de condições para executar o trabalho, além da sobrecarga de trabalho e a falta de incentivos salariais. Tudo isso resulta em grande desmotivação em relação à docência e tais fatores trazem, também, implicações para a saúde desses profissionais.

## REFERÊNCIAS

ALVES, A.C.T. As reformas em Minas Gerais: choque de gestão, avaliação de desempenho e alterações no trabalho docente. In: SEMINÁRIO DA REDESTRADO: Regulação Educacional e Trabalho Docente, 6., 2006, Rio de Janeiro.. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 2006. p. 01-13.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 8 ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

AUGUSTO, M. H. O. G.; MELO, S. V. D. A. A (des) valorização do magistério na rede pública estadual de Minas Gerais. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2004. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/27/inicio.htm](http://www.anped.org.br/reunioes/27/inicio.htm)>. Acesso em: 9 jun. 2015.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BERNARDO, J. **Estado:** a silenciosa multiplicação do poder. São Paulo: Escrituras, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: [s.n.], 1988. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/constituicao-federal/a-constituicao-federal>>. Acesso: 14 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do Estado.** Brasília, DF, 1995.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BRITO, L. H. P. F. **A educação na reestruturação produtiva do capital:** um estudo sobre as reformas educativas e seu impacto no trabalho docente na rede estadual de ensino de Minas Gerais (2003-2008). Uberlândia, 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

CANDAU, V. M. Reformas educacionais hoje na América Latina. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.). **Currículo: políticas e práticas**. Campinas: Papirus, 1999. p. 131-164.

DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (Org.). **Políticas públicas & educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. (Org.) **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996. p. 9-49.

HARGREAVES, A. **Os professores em tempos de mudanças: o trabalho e a cultura dos professores na Idade Moderna**. Lisboa: McGraw-Hill, 1998.

LUCENA, C. Trabalho, capitalismo e formação dos trabalhadores. In: SCOCUGLIA, A. et al. **O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital**. Curitiba: CRV, 2011. p. 85-139.

MARQUES, M. R. A. Resenha. In: PEIXOTO, M. do C. de L. (Org.). **Educação Superior: avaliação da produção científica**. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, UFMG, 2000. (Publicado também na Revista Brasileira de Educação, n. 18, p. 148-149, 2001.)

MARX, K. Processo de trabalho e processo de valorização. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 36.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAS GERAIS. Constituição (1989). **Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1989. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Avaliação de desempenho individual. In: **Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais**. Belo Horizonte: [s.n.], 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/pagina/gestao-de-pessoas/desempenho-e-desenvolvimento/avaliacao-de-desempenho-individual-adi>> Acesso em: 20 jun 2015.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar Estadual nº 71, de 30 de julho de 2003. **Minas Gerais Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 30 jul. 2003b. Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=71&comp=&ano=2003&aba=js\\_textoOriginal#texto](http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=71&comp=&ano=2003&aba=js_textoOriginal#texto)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 104, de 04 de agosto de 2008. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 71, de 30 de julho de 2003, que institui a avaliação periódica de desempenho individual, disciplina a perda de cargo público **Minas Gerais Diário do Executivo**, Belo Horizonte, p. 1, 5 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:lei.complementar:2008-08-04;104>>. Acesso em: 25 jun. 2015

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual nº 44.559, de 29 de junho de 2007. Regulamenta a avaliação de desempenho individual do servidor estável ocupante de cargo efetivo e do detentor de função pública da administração pública direta, autárquica e fundacional do poder executivo estadual. **Minas Gerais Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 29 jun. 2007a. Disponível em: <[http://www.ipsm.mg.gov.br/arquivos/legislacoes/legislacao/decretos/decreto\\_44559.pdf](http://www.ipsm.mg.gov.br/arquivos/legislacoes/legislacao/decretos/decreto_44559.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual nº 44.559, de 29 de junho de 2007. Regulamenta a avaliação de desempenho individual do servidor estável ocupante de cargo efetivo e do detentor de função pública da administração pública direta, autárquica e fundacional do poder executivo estadual. **Minas Gerais Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 29 jun. 2007a. Disponível em: <[http://www.ipsm.mg.gov.br/arquivos/legislacoes/legislacao/decretos/decreto\\_44559.pdf](http://www.ipsm.mg.gov.br/arquivos/legislacoes/legislacao/decretos/decreto_44559.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico MG**. Educação. [S.l.: s.n., 2015] Disponível em: <<http://www.diagnostico.mg.gov.br/situacoes/educacao/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Do choque de gestão à gestão para a cidadania: 10 anos de desenvolvimento em Minas Gerais**. Belo Horizonte: [s.n.], 2013.

\_\_\_\_\_. Resolução Seplag nº 31, de 29 de agosto de 2007. Define a metodologia e os procedimentos da Avaliação de Desempenho Individual na Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual. **Minas Gerais Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 29 ago. 2007b. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/servicos/formularios/recursos-humanos/avaliacao-de-desempenho/avaliacao-de-desempenho-individual-adi/category/152-anexos-da-resolucao-seplag-n-31>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **Cadernos regionais**. [S.l.: s.n., 200?]. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/publicacoes/cadernos-regionais>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **Choque de gestão**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/estrategia-de-governo/choque-de-gestao>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

OLIVEIRA, D. A. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010

SILVA JÚNIOR, J.R. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.



SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS. **Estatuto do SIND-UTE/MG**. [S.l.: s.n., 200?]. Disponível em: <<http://www.sinduteuberlandia.com.br/component/finder/search?q=ESTATUTO&Itemid=0>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

VILHENA, R.et al. (Org.). **O choque de gestão em Minas Gerais**: políticas de gestão pública para o desenvolvimento. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.